

Déficit do governo pode ter ficado abaixo de R\$ 120 bi

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O governo está sendo positivamente surpreendido com os números fiscais de 2017, que estão sendo apurados pelo Tesouro Nacional. Existe a possibilidade concreta de que o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) fique abaixo de R\$ 120 bilhões, ante uma meta de R\$ 159 bilhões prevista para o ano passado, de acordo com fontes da área econômica.

O melhor resultado decorre do forte ingresso de receitas em dezembro e de uma despesa inferior à previsão. "O gasto ficou abaixo do que estava programado", disse uma fonte.

Se essa possibilidade se concretizar, o déficit primário de todo o setor público poderá ser ainda mais baixo, pois a projeção é de que os Estados e municípios terminaram 2017 com saldo positivo em suas contas. A meta prevista para o setor público consolidado era de R\$ 163,1 bilhões.

No período de 12 meses até novembro, os governos regionais

registraram superávit primário de R\$ 11,1 bilhões, sem considerar as empresas estatais estaduais e municipais. Ainda não estão disponíveis avaliações sobre o resultado das empresas estatais federais. A previsão era de uma meta de déficit primário de R\$ 3 bilhões.

Na área técnica fora do governo, economistas também estimam que o resultado fiscal do governo central ficará bem abaixo do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

De acordo com o modelo de apuração dos economistas Sérgio Gobetti e Carlos Vernieri, o déficit primário do governo central ficou em torno de R\$ 114 bilhões em 2017, com receitas primárias totais somando R\$ 1,391 trilhão. Com a transferência de R\$ 228 bilhões para Estados, municípios e fundos constitucionais, a receita líquida ficou em R\$ 1,163 bilhão. As despesas primárias somaram R\$ 1,277 trilhão.

Comparando 2016 com 2017, o crescimento das despesas primárias em valores nominais teria sido de apenas 2,2%, bem abaixo da inflação média entre 2016 e 2017 (3,4%) e do teto constitucional baseado na inflação do ano anterior.

O controle do gasto, segundo os economistas, se deu graças à forte contração dos subsídios e das demais despesas com custeio e capital, que encolheram 13% no ano passado. Os investimentos públicos, por exemplo, fecharam o ano de 2017 em apenas R\$ 37,8 bilhões, uma retração de 21% em relação a 2016.

Do lado da arrecadação, segundo Gobetti, houve crescimento nominal de 5,86% em 2017, proporcionado principalmente por ganho extraordinário de receitas não administradas, como as provenientes de concessões nas áreas de infraestrutura aeroportuária e petróleo. "Na maior parte dos casos, são receitas não recorrentes, que não se repetirão em 2018", lembrou o economista.

Segundo ele, os três anos acumulados de crise econômica entre 2014 e 2017 já produziram uma redução cíclica de mais de R\$ 100 bilhões nas receitas tributárias do governo central. "Considerando Estados e municípios na conta, a perda anual de arrecadação fruto da crise econômica supera os R\$ 150 bilhões", afirmou.

Repasse para municípios volta a crescer este ano

Por Rodrigo Carro | Do Rio

Após queda de 3,24% no ano passado no total bruto de repasses, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) está previsto para atingir o patamar de R\$ 100,86 bilhões em 2018. São R\$ 5,78 bilhões a mais do que em 2017. Em termos percentuais, a expansão projetada é de pouco mais de 6%, superior portanto ao reajuste do salário mínimo (1,81%) e à inflação projetada para este ano (3,95%).

Mesmo assim, dificilmente as prefeituras de médios e pequenos municípios terão folga financeira este ano. A pressão sobre os cofres municipais vem, principalmente, do reajuste do piso do magistério e da demanda por serviços básicos, ampliada pelo quadro recessivo.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima em R\$ 4,53 bilhões o impacto do reajuste de 6,81% concedido aos professores. "O magistério responde por um quarto da folha de pagamento dos municípios", argumenta Paulo Ziulkoski,

presidente da CNM. "Dos cerca de 6 milhões de contratos [das prefeituras] com servidores, 2,1 milhões são com profissionais do magistério".

Em vigor desde 2009, o critério atual para reajuste do piso nacional do magistério resultou num aumento acumulado de 158% desde então, informa a CNM. Nesse mesmo período, o Fundeb - fundo que provê recursos para a educação nas esferas estadual e municipal - cresceu 94%.

"A realidade é que muitos Estados e a maior parte das prefeituras não cumpre o piso, por falta de condições financeiras", relativiza o geógrafo e economista François Bremaeker, gestor do site Observatório de Informações Municipais. Em tese, há o risco de que futuramente uma entidade de classe de professores cobre na Justiça os valores estabelecidos e não cumpridos ao longo dos anos pelos municípios, acrescenta Bremaeker.

Nos últimos três anos, o total de recursos repassados pelo FPM se manteve próximo de R\$ 100 bilhões.

Em 2016, o valor bruto - sem desconto da verba do Fundeb, "carimbada" para a educação - foi de R\$ 98,26 bilhões. O montante foi "inflado" por um aporte de mais de R\$ 10 bilhões em dinheiro proveniente do Programa de Regularização de Ativos no Exterior. Sem essa arrecadação extraordinária, o fundo teria fechado o ano no patamar de R\$ 88 bilhões.

Para o especialista em finanças públicas José Roberto Afonso, a melhoria no volume de recursos do FPM deve ser interpretada com a mesma cautela que os indicadores físicos relacionados à economia. "Se olharmos para trás, houve uma melhoria", diz o economista, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV. "Se olharmos para frente e para cima, ainda há muito por recuperar."

Embora relevante na esfera municipal, o reajuste do salário mínimo de R\$ 937 para R\$ 954 em 1º de janeiro é considerado por Ziulkoski, da CNM, como fator localizado de pressão financeira sobre as prefeituras. O mínimo é um





balizador importante para os municípios do Nordeste, mas perde importância quando comparado ao piso do magistério, argumenta ele.

Na maioria das capitais e grandes cidades brasileiras, o provável aumento do FPM influirá pouco ou nada sobre o orçamento público. E são justamente essas prefeituras as que mais sofrem essa pressão por aumento de gastos, sobretudo decorrente da crise social, ressalta José Roberto Afonso.

"O problema é que, enquanto a receita decrescia, houve uma pressão forte por mais gastos em serviços básicos, como saúde e educação, inclusive porque muitos trabalhadores desempregados

perderam o acesso privado a planos de saúde e a escolas, tendo passado a usar a rede pública, e a local é a primeira porta em que batem", diz o professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), para quem - apesar das dificuldades - está havendo aumento de produtividade nos governos municipais e estaduais mesmo com a crise.

Proposta de emenda constitucional já votada pelo Senado prevê o aumento em um ponto percentual - dividido em quatro parcelas de 0,25% - à fatia de recursos destinados ao FPM. Atualmente, 24,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI são repassados pela União aos municípios via FPM.

Governo quer mudar Orçamento para evitar manobra do Congresso

Por Fábio Pupo e Raphael Di Cunto | De Brasília

A Câmara dos Deputados pretende destravar, a pedido do Ministério do Planejamento, projeto de lei que altera a elaboração dos orçamentos da União, Estados e municípios. A proposta separa a discussão de receitas e despesas e evita que o Legislativo infla artificialmente a arrecadação para poder criar novos gastos.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, pediu ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para que retome o debate sobre a atualização da Lei de Finanças Públicas, de 1964, parada há um ano e meio na Casa à espera da formação de uma comissão especial.

Atualmente, o processo orçamentário permite ao Congresso discutir quase que simultaneamente a previsão de receitas e a de despesas. Na visão do Planejamento, isso faz com que o cálculo de uma rubrica fique "contaminado" pelo da outra - já que a expansão de gastos pode forçar um aumento artificial na previsão de arrecadação (por exemplo, com estimativa maior do PIB).

O Planejamento vê necessidade de rever esse procedimento. A proposta faz com que a previsão de receitas seja antecipada e definida

já na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - uma "prévia" enviada até abril ao Legislativo, quatro meses antes da Lei Orçamentária Anual (LOA). Com isso, na tramitação da LOA, os parlamentares ficariam impedidos de alterar a estimativa e poderiam discutir apenas as despesas. Se quiserem aumentar os gastos com educação, por exemplo, teriam que tirar de outra área.

Geraldo Julião Júnior, secretário-adjunto de Assuntos Fiscais do Ministério do Planejamento, diz que a atual lei é "boa", mas tem "aspectos defasados". "Ela foi pensada e votada dentro de um marco constitucional diferente. O projeto dá mais racionalidade à discussão do Orçamento", afirma.

O texto também altera a data de apresentação do projeto de LOA para que prefeitos e governadores elaborem seus orçamentos já sabendo as estimativas econômicas adotadas pelo governo federal e o quanto devem receber de transferências - que, para a maioria das cidades, são a principal fonte de receitas. O Executivo federal continuará a mandar a LOA em 30 de agosto, mas os Estados terão até 15 de setembro e os municípios até 30 de setembro.

Vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Joaquim de Alencar Bezerra Filho destaca que as novas regras

aumentarão o equilíbrio fiscal e refletem o princípio do Teto de Gastos. "Os orçamentos devem deixar de ser fictícios", pontua. Também serão incorporados aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), criada 40 anos depois da atual lei, e feita a adequação às normas de contabilidade públicas internacionais.

O texto também direciona o Plano Plurianual (PPA), que reúne as políticas a serem executadas em quatro anos, ao programa eleitoral do candidato eleito. O plano terá que incluir as promessas feitas na campanha, "que deverão contemplar todas as despesas associadas" à execução.

A proposta também traz aspectos de plurianualidade à LOA para evitar obras inacabadas e fazer um planejamento de médio prazo. As emendas parlamentares para projetos que ainda não foram concluídos terão que permanecer nos orçamentos seguintes. Assim, tenta-se evitar que divergências políticas com prefeitos façam com que o parlamentar redirecione os recursos, deixando a obra incompleta.

Com 81 artigos, o projeto ainda estabelece novas normas de contabilidade, avaliação de patrimônio e controle dos gastos.

Apesar de ser tratado como prioridade pelo ministro, o governo





tem pouco tempo e capital político para aprovar as mudanças em meio a outras prioridades, como a reforma da Previdência.

No Congresso, que fomentou a discussão, a proposta está escanteada. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou o texto em 2009, mas a aprovação só ocorreu em 2016, por unanimidade.

Na Câmara, o projeto foi distribuído para a Comissão de Finanças e Tributação, onde a então presidente, deputada Simone Morgado (PMDB-PA), aparece como relatora nos registros da Câmara, mas diz não se lembrar disso. "Nada, nunca relatei essa matéria", afirmou. Maia mandou redistribuir o projeto no fim de 2016 a uma comissão especial para

analisá-lo, mas os partidos não indicaram os integrantes.

Para Julião Júnior, o Planejamento tem interesse no debate mesmo se o texto não for aprovado neste ano. "Se isso não acontecer este ano, o importante é deixar os temas amadurecidos para, quando o novo governo chegar, haver uma tramitação mais rápida."

Hélio Tollini, da Consultoria de Orçamento da Câmara e que participou da criação do projeto, diz que é possível aprovar o texto este ano quando os partidos perceberem que isso ajudará o futuro governo no planejamento orçamentário e num debate mais qualificado. "O projeto é apolítico, é técnico do início ao fim."

Tesouro não vai cobrir neste ano rombo de R\$ 18,3 bilhões no FAT

Caixa da União complementa fundo desde 2007, mas em 2018 avisou que não fornecerá recursos

Para o Ministério do Planejamento, o BNDES vai dar a diferença e a liberação já consta na previsão do Orçamento

LUCAS VETTORAZZO - DO RIO

Neste ano, o Tesouro Nacional não cobrirá um buraco de R\$ 18,3 bilhões no caixa do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). O FAT é responsável pelo pagamento de benefícios sociais como o seguro desemprego e o abono salarial.

A previsão era que o FAT receberia a quantia do Tesouro a título de compensação financeira pelas perdas de receitas com a chamada DRU (Desvinculação das Receitas da União). Esse dispositivo permite que o governo retire dinheiro de uma fonte para encaminhar a outra.

Com a mudança das regras na DRU neste ano, o governo poderá reter até 30% da arrecadação do PIS/Pasep, que é a principal fonte de recursos do fundo — responde por pouco mais da metade das receitas (veja quadro).

A perda de receita vinha sendo compensada pelo Tesouro desde

2007. Agora, buscam-se outras fontes. A expectativa do ministério do Planejamento é que a compensação seja feita pelo BNDES. Caso se confirme a previsão, será a primeira vez que o banco terá de participar de um operação do tipo, que é prevista em lei.

Pela Constituição de 1988, os recursos do PIS e Pasep vão para o FAT. O fundo usa parte do dinheiro para pagar seguro desemprego e abono salarial aos trabalhadores.

Até 40% dos recursos do fundo podem ser colocados à disposição do BNDES para que o banco empreste a terceiros. O FAT é a segunda maior fonte de recursos do banco, atrás do Tesouro.

Todo ano, o BNDES paga os juros dessa dívida com o FAT. Mas a lei prevê que o fundo pode pedir ao BNDES a devolução de parte do estoque de dívida em caso de necessidade — como agora.

No ano passado, FAT sofreu também com a queda de arrecadação de PIS/Pasep e viu crescer o pagamento de seguro desemprego.

PLANEJAMENTO

Na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que projeta as contas do ano, o FAT teria R\$ 16,4 bilhões de receitas próprias em

2018. São valores referentes a juros de empréstimos que o FAT tem não só com o BNDES, mas com todos os bancos estatais.

No entanto, na LOA (Lei de Orçamento Anual), já aprovada pelo Congresso em dezembro passado, a previsão de receitas próprias do fundo foi maior: R\$ 34,7 bilhões.

Segundo o coordenador de recursos do fundo, André Rezende, o Ministério do Planejamento aumentou a previsão, mas não havia informado de onde a viria a receita nova. O ministério do Planejamento confirmou à Folha que a mudança decorre da expectativa de que o BNDES devolva recursos ao fundo.

O banco tem dito que teria R\$ 130 bilhões para devolver para a União neste ano. O valor seria o que ele conseguiria devolver sem comprometer a sua capacidade de emprestar. Neste montante, no entanto, não estão previstos esse adicional de R\$ 18,3 bilhões para o FAT.

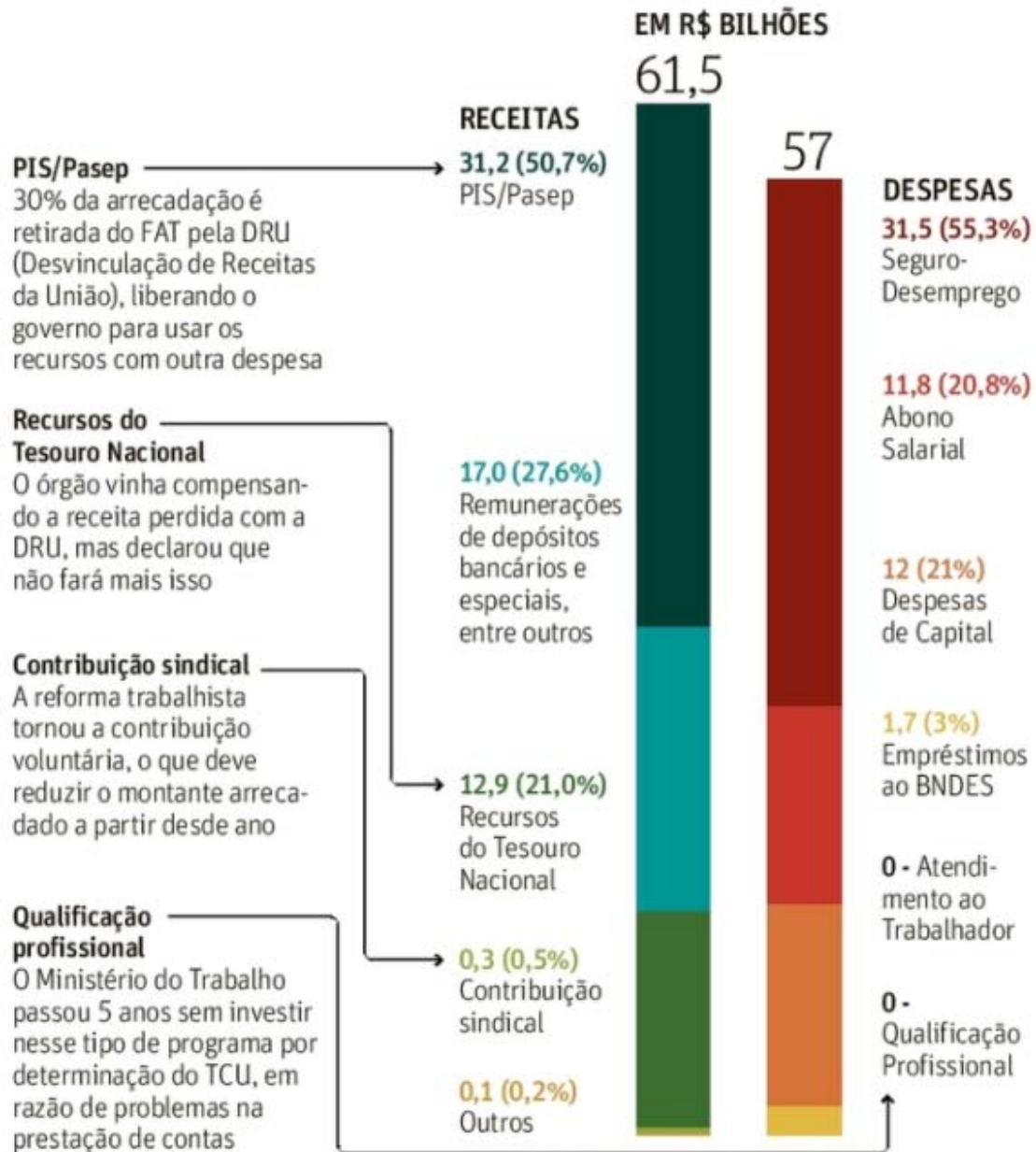
Segundo os últimos dados disponíveis, referentes ao primeiro semestre deste ano, o banco tinha R\$ 228,6 bilhões emprestados do FAT na modalidade garantida pela Constituição. O BNDES não divulga quanto do montante se encontra atualmente nas mãos de terceiros em contratos de financiamento.





FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

De onde veio e para onde foi o dinheiro do FAT em 2017*



*Entre janeiro e outubro

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos do FAT, Ministério do Trabalho

Em três anos, conta dos Estados sai do azul para um rombo de R\$ 60 bi

Crise fiscal. Com a arrecadação em queda por causa da crise e uma folha de pagamento 'mais cara', governadores não conseguiram fechar as contas e acumularam um déficit histórico no fim de 2017, aponta levantamento do economista Raul Velloso

Luciana Dyniewicz

Em um período de três anos, os Estados saíram de um resultado positivo de R\$ 16 bilhões em suas contas para um déficit de R\$ 60 bilhões no fim de 2017. Isso significa que os governadores assumiram seus postos, em 2015, com o caixa no azul e, se não tomarem medidas drásticas até o fim deste ano, vão entregar um rombo bilionário para seus sucessores.

O levantamento feito a pedido do Estado pelo especialista em contas públicas Raul Velloso mostra o resultado de uma equação que os governos não conseguiram resolver: uma folha de pagamento crescente associada a uma queda na arrecadação de impostos por causa da crise econômica. "É o mandato maldito", diz Velloso. "Diante da pior recessão do País, os Estados saíram de um resultado positivo para um déficit histórico."

O Rio Grande do Norte foi o Estado cuja deterioração fiscal se

deu mais rapidamente nesse período. Depois de ter acumulado um superávit de R\$ 4 bilhões entre 2011 e 2014, entrou numa trajetória negativa até acumular um déficit de R\$ 2,8 bilhões de 2015 a outubro de 2017. Esse descompasso fiscal pode ser visto nas ruas. Com salários atrasados, a polícia civil entrou em greve e uma onda de violência tomou o Estado no fim do ano.

Os policiais encerraram a paralisação, mas servidores da saúde continuam em greve (leia mais abaixo). Além do Rio Grande do Norte, os casos de desajuste fiscal que ficaram mais conhecidos foram os do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Mas outros Estados seguem o mesmo caminho, como Goiás, Pernambuco e Sergipe. Eles estão entre os mais mal avaliados pelo Tesouro Nacional sob o ponto de vista de capacidade de pagamentos.

"Há uma fila de Estados prontos para passarem por uma crise aguda (como a do Rio Grande do Norte)", diz o economista Leonardo Rolim, consultor de orçamentos da Câmara. Para o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, o grande vilão do déficit estadual é o aumento da folha de pagamento dos Estados, que precisa, a cada ano, arcar com um número maior de aposentados.

"O envelhecimento da população é muito rápido e, por isso, o aumento dos gastos também." De acordo com o levantamento de Velloso, as despesas e receitas anuais dos Estados empataram em 2014, atingindo R\$ 929 bilhões cada uma. Desde então, as receitas recuaram de forma mais abrupta: atingiram R\$ 690 bilhões nos dez primeiros meses de 2017, enquanto as despesas somaram R\$ 715 bilhões.

Do lado das receitas, além da crise reduzir a arrecadação com impostos, o corte de repasses do governo federal acentuou a dificuldade dos Estados. "Até 2014, o governo dava empréstimos que mascaravam a situação", afirma a economista Ana Carla Abrão Costa, que foi secretária da Fazenda de Goiás até 2016. Se, nos últimos anos, o desajuste fiscal já obrigou a maioria dos Estados a reduzir investimentos, neste ano, o corte deve ser ainda maior.

Isso porque, como é último ano de mandato, os governadores não podem deixar restos a pagar para os que assumirem em 2019. Tarefa que, para Velloso, é impossível. "Não tem a menor condição de eles zerarem esses déficits." Já Rolim diz que os governadores poderão recorrer a manobras, como o cancelamento de restos a pagar. "É uma espécie de calote. Despesas





com obras não concluídas, por exemplo, não tem problema, mas fornecedores poderão ficar sem receber.”

Para Ana Carla, as contas vão acabar fechando porque o ano é de eleição. “Como não podem deixar restos a pagar, os Estados vão buscar recursos extraordinários como nunca”, afirma. O superintendente do Tesouro de Goiás, Oldair da Fonseca, afirmou que o governo trabalha com

austeridade para não deixar restos a pagar para 2019.

Ele destacou que o déficit de 2017 ficará em R\$ 900 bilhões – em 2015, havia sido o dobro. O secretário das Finanças do Rio Grande do Norte, Gustavo Nogueira, afirmou que a raiz do problema é o déficit previdenciário. O governo de Pernambuco disse que não considera como despesa total as despesa empenhadas (autorizadas),

como foi feito no levantamento, e que fechou o ano com receita para cobrir seus gastos.

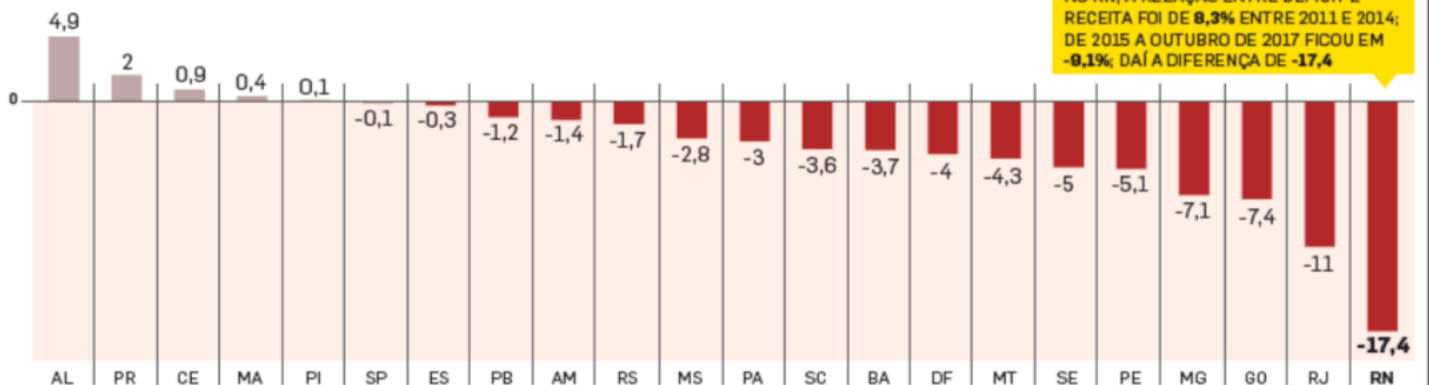
O de Sergipe não retornou. O governo do Rio afirmou que sua situação foi muito prejudicada pela crise, já que sua economia é dependente da indústria do petróleo. O de Minas Gerais informou que já recebeu o Estado em situação delicada e que a folha de pagamento tem deteriorado as contas ainda mais.

DETERIORAÇÃO

● Apenas 5 Estados melhoraram sua situação fiscal nos últimos três anos*

Variação do resultado fiscal (déficit/superávit) em relação à receita, registrada entre 2014 e 2017**

EM PONTOS PORCENTUAIS

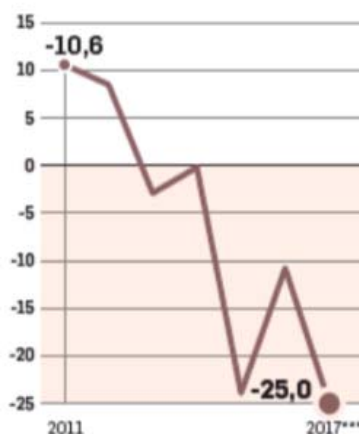


*FORAM EXCLUÍDOS ESTADOS CUJOS DADOS DISTORCIAM AS ESTATÍSTICAS; **CONSIDERA O ACUMULADO ENTRE 2011 E 2014 E ENTRE 2015 E OUTUBRO DE 2017. QUANTO MENOR O NÚMERO, MAIOR A DETERIORAÇÃO

FONTE: RAUL VELLOSO, COM BASE EM DADOS DO TESOURO NACIONAL

Resultado fiscal dos Estados

EM BILHÕES DE REAIS, ATUALIZADOS PELO IPCA



DIREÇÃO: ***ATÉ OUTUBRO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Em cinco Estados, situação fiscal melhorou desde 2015

Os Estados de Alagoas, Paraná, Ceará, Maranhão e Piauí foram os únicos cujas contas não se deterioraram nos últimos três anos. Com um déficit de R\$ 3 bilhões em 2017, a situação de São Paulo ficou estável no período. Alagoas é um destaque no levantamento feito pelo economista Raul Velloso.

Apesar de altamente endividado, o Estado fez um ajuste fiscal que melhorou suas contas: o resultado passou de um déficit acumulado de R\$ 548 milhões, entre 2011 e 2014, para um superávit de R\$ 943 milhões. Para isso, foi necessário adotar medidas como a redução de 30% no número de cargos comissionados e o fim de cinco secretarias estaduais.

Investimentos só se houvesse recursos da União. O governo de

Renan Filho (MDB) conseguiu elevar a receita, alterando seus tributos. A alíquota do ICMS sobre produtos supérfluos, como joias, passou de 12% para 27%, enquanto a do álcool caiu de 25% para 23%. Essas alterações também fizeram com que a avaliação do Tesouro em relação à capacidade de pagamento do Estado saísse de C, em 2016, para B, em 2017.

“Em 2015, não tínhamos condições de pagar as contas, precisávamos de recursos extraordinários. Agora, começamos a fazer investimentos em infraestrutura e saúde”, diz o secretário da Fazenda, George Santoro. Ele destaca que o gasto com pessoal, porém, ainda é um desafio. “O aumento das despesas com aposentados e pensionistas é um problema.”/L.D.

No Rio Grande do Norte, greves e protestos por atraso de salários

Governo do Estado não pagou os vencimentos de dezembro nem o 13º dos servidores, em um total de R\$ 700 milhões

Ricaro Araújo

No Rio Grande do Norte, o ano começou com greves e protestos contra o governo estadual. Além da crise na segurança pública, o Estado enfrenta uma grave crise fiscal. O governo não tem previsão de quando conseguirá depositar os salários de dezembro e o 13.º dos servidores, em um total de R\$ 700 milhões.

O acúmulo de dívidas pela maioria dos funcionários públicos levou muitos a se reunirem em campanhas de arrecadação de alimentos, que estão sendo feitas nos batalhões de polícia e hospitais públicos. “Todos os meses estão sendo pagos com atraso. Dependendo desse dinheiro para tudo: alimentação, remédios, água, luz.

Meu IPTU está atrasado”, diz a pensionista Iracy Cortez, de 73 anos. Com o nome negativado nos serviços de proteção ao crédito, ela não consegue tomar empréstimos. Policiais fizeram uma paralisação nos serviços que se estendeu por 22 dias. O movimento só chegou ao fim depois que o Estado prometeu pagar os servidores da segurança pública até o dia 30.

Com as demais categorias, não houve negociação – servidores da saúde estão em greve há 60 dias. O secretário das Finanças, Gustavo Nogueira, destaca que as transferências da União caíram 10% de 2017 para 2014, enquanto a folha de pessoal cresceu 23%, acentuando a crise fiscal.

“Isso é insustentável”, diz. Ele destaca que o governo mandou à Assembleia Legislativa um projeto de lei de teto de gastos no ano passado que ainda não foi aprovado.

União cobre calote de R\$ 4 bi em dívidas de Estados e municípios

Maior parte do débito era do Rio; governo divulgou lista de quem não pode fazer empréstimo com garantia federal

Idiana Tomazelli

A União precisou honrar R\$ 4 bilhões em dívidas de Estados e municípios que não foram pagas pelos governos no ano passado, informou o Tesouro Nacional. A maior parte dos débitos (R\$ 3,99 bilhões) era devida pelo Estado do Rio de Janeiro, que desde setembro está em recuperação fiscal e tem “autorização” para dar o calote com a cobertura do governo federal.

O calote dos governos regionais foi 70,7% superior ao de 2016, reflexo da adesão do Rio ao regime de recuperação fiscal. Em dezembro, o governo fluminense deixou no colo da União dívida de R\$ 770,9 milhões com instituições financeiras e organismos multilaterais. O Rio foi um dos Estados que obtiveram garantias da União para tomar empréstimos mesmo com nota baixa de classificação de risco, que já indicava as péssimas condições financeiras e elevado risco de calote.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já apontou que a União foi “sócia da imprudência” ao dar aval a essas operações, como mostrou o Estadão/Broadcast. O Tesouro modificou as normas para a concessão de garantias e agora dá aval apenas a Estados e municípios com notas A ou B, as duas melhores na classificação de risco.

Mesmo com a mudança técnica, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, declarou em dezembro que Estados cujos governadores apoiem a reforma da Previdência terão prioridade em empréstimos concedidos pela Caixa. Algumas dessas operações têm garantia do Tesouro, outras são feitas diretamente com o banco – que deve absorver o risco de calote e negociar as garantias com o governo regional em caso de inadimplência). As declarações foram mal recebidas na área econômica.

Calote.

Também deram calote em 2017 o Estado de Roraima (R\$ 41,89 milhões) e a prefeitura de Natal (R\$ 28,49 milhões). Ambos haviam ficado inadimplentes em

2016. Quando o Tesouro honra uma garantia, o órgão paga o débito no lugar do Estado ou município. Depois, pode executar as “contragarantias”, fontes de recursos apontadas pelos entes como passíveis de bloqueio para ressarcir a União.

No caso do Rio de Janeiro, o Regime de Recuperação Fiscal livra o Estado dos bloqueios por três anos, além de suspender a cobrança da dívida estadual com a própria União. Os saldos serão quitados posteriormente, com correção. É por isso que dos R\$ 6,437 bilhões honrados pelo Tesouro entre 2016 e 2017 ainda restam R\$ 3,42 bilhões a serem recuperados.

O Tesouro divulgou uma lista de governos que estão impossibilitados de contratar novas operações de crédito com garantia da União. Entre eles está o Rio Grande do Norte, que enfrenta grave crise financeira e pleiteou um empréstimo da União para pagar salários de servidores. Também estão impossibilitados os Estados de Roraima e Sergipe, e as prefeituras de Belford Roxo (RJ), Cachoeirinha (RS), Chapecó (SC) e Natal (RN).

Moody's alerta sobre mudança na 'regra de ouro'

Altamiro Silva Junior

A agência de classificação de risco Moody's alertou ontem que a alta probabilidade de o governo não conseguir cumprir a chamada "regra de ouro" em 2019 é negativa para o rating do Brasil. A avaliação é que o Planalto será forçado a pedir "uma exceção à regra", fixada pela Constituição e que impede o governo de aumentar o endividamento para financiar gastos correntes.

Para a Moody's, é improvável que o País consiga prosseguir com a regra de ouro na medida em que as pressões fiscais aumentam. Neste ano, repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro devem garantir o cumprimento da regra, mas em 2019 a situação será mais complicada, diz a agência.

"As discussões para suspender ou eliminar a regra de ouro surgiram nos meses recentes porque o crescimento das despesas

obrigatórias deve superar a arrecadação, implicando que a regra será descumprida em 2019, se não antes", alerta a Moody's em relatório assinado por Anna Snyder e Samar Maziad. Recentemente, outro relatório mostrou que o Brasil é o país da América Latina com maior percentual (cerca de 90%) de gastos atrelados a leis no Orçamento, o que dificulta o ajuste fiscal.

O debate sobre a suspensão da regra de ouro, avalia a Moody's, veio em conjunto com o atraso na votação da reforma da Previdência. Na semana passada, o governo disse que só vai discutir mudanças na regra após votar a reforma. A Moody's acredita que o adiamento pode favorecer as discussões no Congresso sobre mudanças na aposentadoria.

Ao mesmo tempo, a agência se mostra cética de que o atraso da votação da reforma vai aumentar a probabilidade de se aprovar uma reforma significativa no governo Temer.